

A APRENDIZAGEM DO ALUNO AUTISTA



RENATA DE ALMEIDA SANTINI

Graduação em Pedagogia Licenciatura Plena pela Faculdade Sumaré (2017); Graduação em História pela Faculdade Uni Jales (2021); Pós-graduada em Cultura e Arte Afro-Brasileira Na Educação pela Faculdade Casa Branca (2019); Professora de Educação Infantil no CEU CEI São Mateus da Prefeitura Municipal de São Paulo

RESUMO

O presente trabalho aborda o Transtorno do Espectro Autista e sua definição, características, diagnóstico, tratamento, bem como, a inclusão e o papel do educador face as dificuldades encontradas na sala de aula com alunos autistas. E tem como principal objetivo após uma análise teórica a elaboração de propostas pedagógicas que ao docente desempenhar um trabalho mais eficiente no processo ensino-aprendizagem do aluno autista, bem como sua inclusão na vida escolar, com o intuito de auxiliá-lo no seu progresso social, intelectual e pessoal.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino-aprendizagem; Aluno; Autismo; Inclusão.

INTRODUÇÃO

Mesmo após muitas pesquisas sobre o tema “autismo” a maioria dos profissionais da educação não tem muitas informações e nem formação para atuar em sala de aula com crianças com o Transtorno Global do Desenvolvimento-TGD- o Autismo. O que traz uma preocupação relevante sobre o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem de crianças com essas características, que mesmo tendo essa condição precisa interagir com as pessoas e com o mundo em seu redor. A criança Autista apresenta comportamentos e características muito complexas, tornando ainda mais difícil sua inclusão e a mediação do docente com esses alunos na sala de aula.

O educador precisa se preocupar com o processo ensino-aprendizagem desse aluno para que ele desenvolva sua própria sociabilidade, pois ao se relacionar com a realidade do mundo autístico, quem aprende primeiro é o professor.

Como o educador deve proporcionar um ambiente propício a aprendizagem do aluno autista, já que ele não tem nenhuma informação e nem formação no atendimento educacional especializado? Diante dessa problemática, o educador tem como responsabilidade buscar informações sobre o autismo com escopo de melhorar suas atividades pedagógicas propiciando ao aluno autista um desempenho significativo em sua vida social, intelectual e pessoal.

A pesquisa baseia-se na taxionomia de VERGARA, (2003), e classifica-se quanto aos fins: explicativa. Explicativa porque busca a atual situação do aluno autista no processo ensino-aprendizagem. E quanto aos meios: a pesquisa é bibliográfica em face da necessidade de recorrer a uma vasta literatura, livros, revistas, hipertextos entre outros, para elaboração do marco teórico do trabalho.

O artigo tem sua relevância no desenvolvimento das atividades pedagógicas pertinentes à inclusão do aluno autista na escola, ajudando-o em sua aprendizagem e desenvolvimento social, assim como o preparo contínuo do professor da área de atendimento educacional especializado.

O artigo tem como objetivo desenvolver atividades pertinentes à inclusão do aluno autista na escola ajudando-o em sua aprendizagem e desenvolvimento em diversas áreas de sua vida.

Para tanto, primeiramente, analisa-se as várias literaturas que trata da questão à luz de teorias contemporâneas, logo após apresenta-se caminhos que possam minimizar a temática em estudo.

CONCEITUANDO AUTISMO

De acordo com a definição da Austim Society Of American-ASA (1978)-Associação Americana do Autismo, o autismo é uma incoerência no desenvolvimento que se manifesta de maneira grave por toda a vida, aparecendo tipicamente nos três primeiros anos de vida.

Autismo é um distúrbio do desenvolvimento que se caracteriza por alterações presentes desde idade muito precoce, tipicamente antes dos três anos de idade, com impacto múltiplo e variável em áreas nobres do desenvolvimento humano como as áreas de comunicação, interação social, aprendizado e capacidade de adaptação. Com a incidência de 4 vezes mais no sexo masculino (MELO, 2007).

O autismo vem sendo estudado há décadas pelos estudiosos, mas ainda apresenta em sua face uma grande complexidade. Trazendo uma preocupação e instabilidade para as famílias, comunidade, educadores e demais profissionais. Diante dessa realidade vemos na visão de alguns autores o conceito de autismo.

O autismo foi definido como um distúrbio do contato afetivo, inclusive sendo nomeado inicialmente como Distúrbio Autístico do Contato Afetivo. (KANNER, 1943). Tendo esse autor relatado ainda em seu artigo que os onze casos avaliados se centrava em uma inabilidade inata dessas crianças para estabelecer contato afetivo e interpessoal com outras pessoas.

Nas décadas de 70 e 80 o autismo começou a ser visto como síndrome comportamental de um quadro orgânico, ocasionando mudanças importantes em sua classificação e intervenção (RITVO, 1976; RUTTER, 1979, 1983). Porém, na década de 90, os déficits sociais novamente ganharam relevo na compreensão do autismo, revitalizando um retorno à posição inicial de Kanner.

Na quinta versão do DSM (DSM-V, 2013), a denominação utilizada passará a ser “Transtornos do Espectro do Autismo”, localizados no grupo dos “Transtornos do neurodesenvolvimento” (BRASL, 2013).

Para Gadia, (2006) independentemente da posição teórica utilizada para compreender o autismo, sabe-se hoje que este não é um quadro único, mas pode ser definido como um distúrbio complexo do desenvolvimento, marcado de um ponto de vista comportamental, com etiologias múltiplas e que se manifesta através de graus variados de gravidade.

O autismo intriga e angústia as famílias nas quais se impõe, pois, a pessoa portadora de autismo, geralmente, tem uma aparência harmoniosa e ao mesmo tempo um perfil irregular de desenvolvimento, com bom funcionamento em algumas áreas enquanto outras se encontram bastante comprometidas (MELO, 2007).

CAUSAS E CARACTERÍSTICAS DO AUTISMO

O diagnóstico do autismo é um processo minucioso que exige uma atenção especial em sua execução. Na 10ª edição da Classificação Internacional de Doenças da Organização Mundial da Saúde (CID 10 – OMS) e na 4ª edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM – APA) o grupo dos “Transtornos Invasivos (ou Globais) do Desenvolvimento” incluem as seguintes categorias diagnósticas:

Autismo infantil: é mais prevalente em meninos (4 meninos: 1 menina) e sempre se instala antes dos 3 anos de idade. Os critérios diagnósticos atuais incluem prejuízos persistentes em três áreas: Interação social recíproca: a criança pode evitar contato visual, recusar contato físico, praticamente não demonstrar iniciativa para se aproximar de outras pessoas e compartilhar com elas os seus interesses, manter-se isolada em situações sociais, não atender quando chamada pelo nome. Comunicação verbal e não-verbal: o uso da linguagem e de expressões faciais ou gestos visando à comunicação, assim como as habilidades de imitação, estão ausentes, seriamente prejudicados ou são inadequados e peculiares. Repertório de interesses e atividades, que são restritos e estereotipados: os jogos de faz-de-conta e as brincadeiras de imitação estão comumente ausentes, e o foco de interesse da criança pode estar exageradamente ligado a um objeto ou atividade específica. Pode haver apego e manipulação do objeto selecionado, que nem sempre é um brinquedo e não parece ser usado simbolicamente. Por se tratar de um procedimento delicado vale ressaltar que é de extrema importância não se precipitar:

A história, o contexto e vivências apresentadas pela pessoa com TEA e sua família são fundamentais para o processo diagnóstico e para a construção do seu projeto terapêutico singular, conceito que será posteriormente aprofundado. Esse processo precisa ser construído junto a uma

equipe e discutido passo a passo com a família. A implicação dos familiares durante todo processo diagnóstico e nas diversas intervenções será fundamental para minimizar o choque que acomete uma família com a comunicação de um diagnóstico. É importante que o processo diagnóstico seja realizado por uma equipe multiprofissional com experiência clínica e que não se limite à aplicação de testes e exames. [...] Recomenda-se, para que esse processo se dê a contento, que os profissionais não se deixem levar por suas primeiras impressões. Deve-se evitar a comunicação precipitada para as famílias sobre uma possível classificação nosografia do seu filho, sem que esse diagnóstico seja fruto de um processo cuidadoso e compartilhado com elas (BRASL, 2013).

TRATAMENTO PARA TEA

Ainda não existe um tratamento definido ou específico para o TEA, mas aqueles que podem ser úteis para determinada criança em um determinado período de desenvolvimento e contexto da vida familiar (COSTAS, 2012, p.169).

As pesquisas demonstram que o tratamento mais eficaz é uma combinação de programas especializados, englobando: programa educacional, intervenções na comunicação, desenvolvimento de habilidades sociais e intervenção comportamental. Outros tratamentos, tais como terapia ocupacional e fisioterapia podem promover progressos porque atuam nas possíveis comorbidades, como dificuldades motoras e sensoriais (LEVY, HYMAN, 2008).

Para o Protocolo do Estado São Paulo de Diagnóstico, Tratamento e Encaminhamento de Pacientes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), (2013), Ainda não existem tratamentos medicamentosos para os sintomas centrais do autismo e não há remédios que melhorem a interação social e a capacidade comunicativa. É consenso entre os especialistas que o emprego de técnicas adequadas ao tratamento psicossocial e educacional reduz a necessidade de uso de medicação nos pacientes, pois há melhora da capacidade comunicativa e dos comportamentos mal adaptativos. Em casos de crianças avaliadas com sintomas mais graves são usados alguns antipsicóticos.

A INCLUSÃO DO ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA -TEA NO ENSINO REGULAR

BRASIL. CF, (1988), LDBEN (1996), atualizada em 2013, afirma que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Garantindo ainda em seu contexto o atendimento educacional especializado gratuito a todos os educandos com deficiências e transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

A Lei nº 12.764/2012, é mais específica, trazendo a garantia de inclusão de educandos diagnosticados com TEA no ensino regular renovando a esperança de uma educação melhor para esses alunos, proporcionando ainda uma motivação para as famílias desacreditadas no processo de ensino-aprendizagem de seu filho.

Ainda há muito o que fazer para que esta inclusão se efetive de fato. É necessário o envolvimento e compromisso em rede, assim como a valorização dos profissionais da educação. Não basta ter aparatos legais tem que haver uma organização estrutural contínua.

Funcionários especializados atuar como consultores e facilitadores em questões específicas dos alunos surdos, cegos, paralisados cerebrais, com retardo mental, problemas físicos e motores, etc; Uma biblioteca prontamente acessível, com materiais atualizados, recursos em vídeo e em áudio que enfoquem as práticas educativas inclusivas; planos abrangentes, condizentes e contínuos de formação em serviço; oportunidades para educadores reunirem-se para tratar de questões comuns e assim se ajudarem mutuamente no desenvolvimento criativo de novas formas de aprendizagem; oportunidades para os professores aumentarem e aperfeiçoarem suas habilidades e atualizarem seus conhecimentos através de cursos; oportunidades para os professores visitarem outras escolas que tenham experiências na educação inclusiva; ambiente acessível para todos, professores e demais funcionários (SANTIAGO, 2004, p. 23).

Cutler, (2000), apresenta alguns critérios para inclusão dos autistas: A escola deve conhecer as características da criança e promover as acomodações físicas e curriculares necessárias; o treinamento dos profissionais deve ser constante e busca de novas informações um ato imperativo; deve-se buscar consultores para avaliar precisamente as crianças; a escola deverá preparar-se, bem como os seus programas, para atender a diferentes perfis, visto que, os autistas podem possuir diferentes estilos e potencialidades; os professores devem estar cientes que inclusive a avaliação da aprendizagem deve ser adaptada; é necessário estar consciente que para o autismo, conhecimento e habilidade possuem definições diferentes; é preciso analisar o ambiente e evitar situações que tenham impacto sobre os alunos e que as performances podem ser alteradas se o ambiente também for; a escola deverá promover todo suporte físico e acadêmico para garantir a aprendizagem dos alunos incluídos; a atividade física é indispensável para o trabalho motor; a inclusão não pode ser feita sem a presença de um facilitador e a tutoria deve ser individual. Um tutor por aluno; a inclusão não elimina os apoios terapêuticos; é necessário desenvolver um programa de educação paralelo a inclusão e nas classes inclusivas o aluno deve participar das atividades que ele tenha chance de sucesso, especialmente das atividades socializadoras; a escola deverá demonstrar sensibilidade as necessidades do indivíduo, e habilidade para planejar com a família o que deve ser feito ou continuado em casa; ao passo que as pesquisas sobre o autismo forem se aprimorando, as práticas também deverão ser e por isso, é importante a constante atualização dos profissionais envolvidos. São critérios usados em escolas inglesas e que tem dado certo (SERRA, 2010).

Logo, percebe-se que é uma realidade longe da realidade enfrentada nas escolas brasileiras. Onde a inclusão anda a passos lentos.

Quando se trata da inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista no ensino regular, logo surge o desespero por parte dos profissionais da educação demonstrando assim o seu fracasso quanto a informação mais aprofundada sobre o autismo e sua complexidade.

Não podemos falar da importância da figura do professor no processo de ensino-aprendizagem desse aluno, sem antes falar da necessidade do educador buscar mais informações, mais preparo para o desafio de incluir, intervir, mediar o conhecimento aos alunos com o espectro autista.

[...] formar o professor é muito mais que informar e repassar conceitos. Não basta apenas

trabalhar com os modelos didáticos, ou com as teorias pedagógicas no processo de formação dos professores. O poder das receitas pedagógicas, dos cursos de atualização ou até mesmo das mais relevantes conquistas políticas encontra o seu limite maior no desejo dos professores-sujeitos (SALGADO, 2012).

O educador por sua vez tem uma grande responsabilidade no processo de inclusão desse aluno para que este não seja depositado em uma sala de aula, como tem acontecido em muitas escolas brasileiras, onde o aluno é apenas integrado na escola camuflando a inclusão. E para que, tanto o educador quanto o aluno tenham êxito nessa trajetória é preciso sem dúvida nenhuma que haja uma preparação continuada de todos os profissionais da educação, comunidade e família.

O professor é elemento-chave para a efetivação do processo inclusivo, mas que esta responsabilidade deve ser compartilhada junto aos órgãos competentes e demais membros da sociedade, e que embora a responsabilidade seja de todos, caberá ao professor possibilitar o acolhimento (DAMASCENO, 2006, p. 17).

Independentemente de qualquer que seja a limitação encontrada em meio ao alunado o professor tem que estar preparado para proporcionar aos mesmos um ambiente favorável e uma aprendizagem de qualidade, inclusive ao aluno com TEA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como apresentado no decorrer do presente artigo, a inclusão é um processo amplo que apresenta muitas características e complexidade. Abrindo um leque de indagações acerca da sua real efetivação na rede de ensino regular.

Ressaltando a importância da qualificação de profissionais no atendimento educacional especializado para trabalhar com educandos em suas diversas especificidades e limitações dentro do campo educacional, oferecendo a esses alunos, sobretudo a criança autista, a oportunidade de desenvolver sua própria sociabilidade.

Recai sobre a escola, assim como seu quadro de profissionais a tarefa de conhecer as características da criança autista e promover as acomodações físicas e curriculares necessárias, inclusive a adaptação da avaliação da aprendizagem.

Além das intervenções pedagógicas, a atividade física é indispensável para o trabalho motor da criança autista. A inclusão não elimina os apoios terapêuticos, sendo de suma importância o envolvimento da família nesse processo, que deve ser feito ou continuado em casa.

Conclui-se que a escola, o professor, a comunidade e a família têm sua parcela de responsabilidade na prática de inclusão das crianças com o espectro do autismo no ensino regular, aprimorando seu processo ensino-aprendizagem de forma contínua.

REFERÊNCIAS

BOSA, Cleonice; Callias Maria. **Autismo: breve revisão de diferentes abordagens**. Disponíveis em www.scielo.com.br. Acesso 05 set 2024.

BRASIL, SÃO PAULO, Secretaria de Estado de Saúde. Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Protocolo do Estado São Paulo de Diagnóstico, Tratamento e Encaminhamento de Pacientes com Transtorno do Espectro Autista (TEA)**, 2013. Disponível em <http://www.saude.sp.gov.br>. Acesso 23 set 2024

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Departamento de Ações Programáticas Estratégicas: Linha de cuidado para a atenção às pessoas com Transtornos do Espectro do Autismo e suas famílias na Rede de Atenção Psicossocial do SUS – Brasília: Ministério da Saúde, 2013**. Disponível em <http://www.autismo.gov.br>. Acesso 22 set 2024

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: 1988.

_____. **Lei no 9.394: Dispões sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)**. Brasília: Congresso Nacional, 20 dez. 1996.

_____. **Lei no 12.764: Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**. Brasília: Congresso Nacional, 27 dez. 2012

CUNHA, Augusto. **Pais brilhantes, Professores fascinantes**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003. Child and Adolescent Psychiatry 1991-Melvin Lewis. DSM IV, 1994

CUTLER, B; Doroty, L. **Naturalistic Focused Stimulation Intervention for Communicative Impairments in Autism**. Ossafeac. Huron, OH. In: Serra, D. **Sobre a inclusão de aluno com autismo na escola regular. Quando o campo é quem escolhe a teoria**. Vol. 1, n 2, jul./dez. 2010.

DAMASCENO, A. R. (2006). **A formação de Professores e os Desafios para a Educação Inclusiva: as experiências da Escola Municipal Leônidas Sobrinho Porto**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ. In: REIS, Andréa Lopes dos; CARVALHO, Paula Pereira de. Alternância de papéis: um caminho para a inclusão de alunos com TEA na rede regular de ensino. Rio de Janeiro. Mai. de 2013.

GADIA, C. **Aprendizagem e Autismo**. Em N. T. Rotta, L. Ohlweiler e R. S. Riesgo (orgs). Trans-tornos da Aprendizagem: abordagem neurobiológica e multidisciplinar. Porto Alegre: Artmed, 2006.

KANNER, L. **Autistic Disturbances of affective contact**. Nervous Child, n. 2, 217-250, 1943

LEVY, Susan E; HYMAN, Susan L. **Complementary and Alternative Medicine Treatments for Children with Autism Spectrum Disorders**. Child and Adolescent Psychiatric Clinics of North America. Volume 17, no 4. Publicado em outubro de 2008. Disponível em: www.ama.org.br/ Acesso 02 out 2024.

MELLO, Ana Maria S. Ros de. **Autismo: guia prático**. 7ª ed. São Paulo: AMA; Brasília: CORDE, 2007. 104 p.: il.

SCHMIDT, Carlo. **Intervenções Precoces e Autismo**. In: COSTAS, Fabiane Adela Tonetto (org.). Educação, Educação Especial e Inclusão: Fundamentos, Contextos e Práticas. 1. Ed.-Curitiba: Appris, 2012.

SANTIAGO, Sandra Alves da Silva. **Mitos e verdades que todo professor precisa saber: Reflexões sobre a prática pedagógica na perspectiva da inclusão**. In: Construir Notícias. Inclusão sem segredos, no 16, ano 3, mai./jun. 2004.

SALGADO, Andressa Matos. **Impasses e passos na inclusão escolar de crianças autistas e psicóticas: o trabalho do professor e o olhar para o sujeito**. Curitiba, 2012.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projeto e Relatório de Pesquisa em Administração**. 4 Ed., São Paulo: Ed. Atlas.2003.